



TEXTO DE REFERÊNCIA

Módulo I História da Formação Política Brasileira

Aula 3 O Pensamento Político Brasileiro

Bernardo Ricupero

Raymundo Faoro, num pequeno livro publicado não muito antes de morrer, faz a pergunta fundamental para nossa reflexão: “existe um pensamento político brasileiro?”.¹ Ou seja, a questão indica que não é evidente que um país como o Brasil seja capaz de criar um pensamento político que dê conta de suas condições particulares. Ligado a esse problema, aparece ainda outra indagação, sugerida por Roberto Schwarz: como idéias elaboradas originalmente no centro capitalista comportam-se num outro contexto social e político?²

Em termos amplos, problemas como a existência de um pensamento político brasileiro, estão, como o próprio Faoro indica, relacionados com a presença de uma cultura autônoma e, naturalmente, de uma sociedade capaz de molda-la. É possível afirmar que o pensamento, em qualquer lugar do mundo, desenvolve-se seguindo dois influxos básicos: o proporcionado pela influência de sua evolução em outros centros e o resultante de avanços e recuos no interior da sociedade analisada. Mesmo reconhecendo essa verdade, teremos que partir, no nosso caso, de uma

¹ Ver: Raymundo Faoro, “Existe um pensamento político brasileiro” in *Existe um pensamento político brasileiro*, São Paulo, Editora Ática, 1994.

² Ver: Roberto Schwarz, “As idéias fora do lugar” in *Ao vencedor as batatas*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1992.



situação em que se era colônia e, portanto, onde, como insiste Schwarz, se faz uso de idéias originalmente produzidas nas metrópoles.

Não por acaso, o tema de como se relacionar com referências intelectuais estrangeiras aparece como preocupação importante no Brasil pouco depois da independência. Ele está presente nos mais variados campos, boa parte do esforço da literatura e das artes sendo no sentido de criar literatura e artes “brasileiras”. Logo também entrará no debate político, a crítica dos conservadores aos liberais versando fundamentalmente sobre o hábito que os últimos teriam de copiar fórmulas estrangeiras, sem se preocuparem com a adequação delas às condições locais.

Mas ainda que sejam recorrentes em nosso debate político-cultural discussões, como a sobre o lugar das idéias no Brasil, muitas vezes os próprios homens e mulheres envolvidos nelas parecem repetir argumentos sem saber o que outros já afirmaram. Conseqüentemente, nosso esforço deve ser, em boa medida de, apesar da falta de consciência histórica, buscar, no pensamento político brasileiro, continuidades, que indicam problemáticas e toda uma maneira de tratar os temas discutidos.³

Um bom caminho para perceber essas continuidades parece ser o de confrontar entre si algumas das mais importantes “interpretações do Brasil”. Até porque foram fundamentalmente nesses livros que se fixaram as questões que continuam a nos atormentar. Entre as “interpretações do Brasil” destacaremos: a realizada por Francisco José Oliveira Vianna em *Populações meridionais do Brasil*, a feita por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, a desenvolvida por Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, a elaborada por Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*.

³ Gildo Marçal Brandão, “Linhagens do pensamento político brasileiro” in *Dados*, n. 2, 2005.



É evidente que esses livros aparecem em momentos históricos diferentes, respondem a variadas preocupações políticas e assumem posturas teóricas até contrastantes. Dessa maneira, *Populações meridionais do Brasil* é publicado, em 1920, em meio à crítica do “pensamento autoritário” à artificialidade da Constituição e da ordem política da República Velha. Já *Raízes do Brasil* (1936) e *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (1942) aparecem no bojo das esperanças trazidas pela renovação da vida brasileira que ganha força com a Revolução de 1930. Mas enquanto que a postura “radical democrata” de Sérgio Buarque de Holanda combina-se com uma perspectiva culturalista, o socialismo de Caio Prado Jr. abre caminho para uma interpretação marxista da experiência brasileira. Por fim, *A revolução burguesa no Brasil* é fundamentalmente uma resposta ao golpe militar de 1964.

De qualquer maneira, é notável como os quatro livros desenvolvem boa parte de seus argumentos a partir de referências comuns. Conseqüentemente, deixar mais claro o “diálogo” entre eles ajuda a compreender suas formulações e a própria contribuição que trazem ao pensamento político brasileiro.

Populações meridionais do Brasil

A principal motivação de *Populações meridionais do Brasil* e dos demais livros de Oliveira Vianna é, como afirma no Prefácio de seu primeiro livro, “ressaltar o quanto somos distintos de outros povos”.⁴ Esse programa de pesquisa se imporia já que, apesar de a comparação das novas sociedades americanas com as antigas sociedades européias evidenciar a diferença entre as duas, nossas classes dirigentes revelariam verdadeira obstinação de não reconhecerem a originalidade das

⁴ Francisco José Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1987, p. 15.



suas condições. A consequência dessa postura se sentiria na cópia por parte das novas nacionalidades dos exemplos fornecidos pelas civilizações ocidentais mais antigas.

Esconde-se, assim, em *Populações meridionais do Brasil* uma outra finalidade, além da de apreender a particularidade brasileira. Nesse objetivo, de reorientar a vida política do país, o autor, quem sabe, tenha tido até mais sucesso do que na sua primeira finalidade. Em outras palavras, a meta teórica, a apreensão da particularidade brasileira, abriria caminho para a finalidade prática, o estabelecimento do que é chamado de uma “política objetiva”.

Para explicar o descompasso entre idéias e realidade no Brasil, Oliveira Vianna identifica a raiz do problema no que considera ser a condição de marginalidade das elites brasileiras. Elas viveriam “entre duas ‘culturas’: uma – *a do seu povo*, que lhes forma o subconsciente coletivo; outra – *a europeia ou norte-americana*, que lhes dá as idéias, as diretrizes de pensamento, os paradigmas constitucionais, os critérios do julgamento político”.⁵

Já ao pensar a influência de diferentes fatores sobre a sociedade, o autor de *Populações meridionais do Brasil* considera que o meio tem um papel preponderante na conformação delas. A prova de que se deveria privilegiar o ambiente em relação ao homem seria mesmo que “não há tipos sociais fixos, e sim ambientes sociais fixos”.⁶

Mas num primeiro momento, os colonizadores que teriam ido para o norte e o sul do Brasil não se distinguiriam de maneira significativa, ambas descendendo dos ramos mais ilustres da nobreza portuguesa. Essa tese de Oliveira Vianna seria, porém, desmentida em estudos aparecidos já nos anos vinte, como os de Alcântara Machado. Os hábitos, caracteristicamente urbanos, da aristocracia entrariam, porém, em choque com o ambiente. Dessa forma, um segundo grupo, de origem plebéia, acabaria por prevalecer.

⁵ *Ibid.*, p. 18.

⁶ *Ibid.*, *Populações meridionais do Brasil*, *op. cit.*, p. 16.



Isto é, o meio americano, cuja tendência seria centrífuga, absorveria o espírito europeu, de orientação centrípeta. A vida social dos colonizadores adquiriria, dessa maneira, uma fisionomia própria, inédita. De acordo com o meio, ocorreria “a obra de adaptação rural, de *conformismo rural* – em uma palavra, a obra de ruralização da população colonial”.⁷ Derivaria daí a psicologia social do brasileiro, que continuaria a ser fundamentalmente um homem do campo.

Contudo, a influência do meio rural, segundo Oliveira Vianna, varia de acordo com o predomínio da pequena ou da grande propriedade. No caso particular do Brasil, “somos o latifúndio”.⁸ No latifúndio não haveria grande espaço para a solidariedade social. Em compensação, o grande domínio, que tudo absorve, seria um mundo em miniatura. Nele, prevaleceria a vida doméstica, o chefe de família no Brasil, assim como na Roma antiga, assumindo praticamente todo poder.

O grande domínio seria quase que inteiramente auto-suficientes, sendo comum afirmar-se que o latifúndio precisava comprar apenas ferro, sal, pólvora e chumbo. Atrairiam praticamente tudo que existia na vida colonial, como que reunindo vilas, indústria, comércio, etc. Os latifúndios exerceriam, portanto, uma verdadeira função simplificadora sobre o restante da sociedade.

Nesse quadro, em que a pequena propriedade teria uma importância ínfima, não se desenvolveria classe média. As próprias características da economia e da sociedade colonial impediriam que isso ocorresse. Além de tudo, os pequenos proprietários não encontrariam o estímulo de produzir para mercados, presentes nas cidades, já que também eles seriam atraídos pela função simplificadora do grande domínio. Por outro lado, essa situação, em que inexistia classe média, tornaria verdadeira a afirmação do viajante francês Louis Couty que disse, em 1882, que “o Brasil não tem povo”.

⁷ *Ibid.*, p. 31.

⁸ *Ibid.*, p. 49.



A estrutura da sociedade colonial se basearia na divisão entre latifundiários e escravos. Mesmo assim, entre eles, apareceria um terceiro grupo, uma espécie de plebe rural. Nem senhores, nem escravos, mergulhariam nas zonas mais obscuras da sociedade colonial, vegetando como agregados-clientes dos grandes latifundiários. Enquanto a família seria o princípio organizador dos latifúndios, na plebe rural prevaleceria a mancebia. Resultaria também daí sua maior característica: a instabilidade.

Os proprietários rurais se comportariam como chefes de clãs. Para tanto, o medo disseminado por toda população de uma possível situação caótica, a “anarquia branca”, serviria para congrega-la em torno deles. Em outras palavras, como não existiria nenhuma instituição capaz de garantir segurança e tranqüilidade para o homem comum ele só poderia recorrer aos senhores territoriais.

Quatro séculos de colônia não teriam sido, portanto, capazes de criar de fato uma sociedade no Brasil:

“sem quadros sociais completos; sem classes sociais definidas; sem hierarquia social organizada; sem classe média; sem classe industrial; sem classe comercial; sem classes urbanas em geral – a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício, em arcabouço, incompleto, insólito, com os travejamentos mal ajustados e ainda sem postes firmes de apoio”.⁹

Quando se abre, o que Oliveira Vianna chama de IV século da história brasileira, os grandes senhores rurais se encontrariam, além de tudo, quase ausentes da administração da colônia, que seria reservada quase exclusivamente a metropolitanos. Seria apenas a transmigração da família real portuguesa que teria posto fim ao isolamento do grupo. A nobreza nativa se confrontaria, então, com outros dois grupos: os mercadores portugueses, enriquecidos pela abertura dos portos, e os fidalgos, também lusos, vindos com a família real.

⁹ *Ibid.*, p. 129.



Se disputará, entre 1808 e 1822, a primazia política. Os proprietários rurais brasileiros se comportariam como uma aristocracia fundiária plenamente adaptada ao meio, os mercadores portugueses como uma burguesia, que, apesar da origem reinol, já se encontrava no Brasil há algum tempo, e os nobres lusitanos como uma burocracia estranha ao ambiente. A Independência representaria a vitória da aristocracia da terra, desenvolvimento que seria inteiramente lógico, já que ela seria a única classe com verdadeira base na sociedade brasileira.

No entanto, a aristocracia da terra, deixada a si mesmo, seria incapaz de dar início à obra de unificação nacional. Dela não poderia prover solidariedade social, os caudilhos que a comporiam, formando clãs, que lutariam entre si. Como resolver o problema? Se a aristocracia é incapaz, por conta própria, de estabelecer a unidade nacional, ela teria que vir de fora, da Coroa. Isto é, para criar a nação, a Coroa, como que filtraria os elementos provenientes da nobreza da terra mais capazes de contribuir para a tarefa. Por sua vez, ação desse tipo manteria vivos antigos valores, o Estado continuando a comportar-se de maneira patriarcal.

Portanto, a avaliação de Oliveira Vianna sobre o latifúndio se modifica de acordo com o momento histórico que analisa. Se antes, na colônia, o identifica como principal instrumento para a adaptação do colono português ao ambiente americano; depois da Independência, devido à sua maior característica, a auto-suficiência, passa a vê-lo como impedimento mais sério para a tarefa de unificação nacional que então se imporia.

Antes da Independência, praticamente não existiria sentimento nacional. Portanto, “os que fundam, em 22, o Império criam menos uma realidade que uma expressão nominal”.¹⁰ Apenas a fidelidade ao imperador teria evitado a secessão do Brasil.

¹⁰ *Ibid.*, p. 206.



Num sentido mais amplo, na luta “entre o localismo e o centro, os caudilhos e a nação”,¹¹ o rei apareceria como elemento regulador de conflitos. Isto é, no Brasil, o poder central, ao invés de ser o grande inimigo das liberdades locais, como o é na Europa, seria o defensor dessas liberdades contra os caudilhos. Nessa perspectiva, a defesa da descentralização, à maneira dos anglo-saxões, como faziam os liberais, seria injustificável, já que favoreceria o caudilhismo.

Aqueles que Oliveira Vianna chama de “reacionários audazes”, os conservadores, demonstrariam, em contraste, capacidade para compreender as condições americanas: “a diferença substancial entre os fins do Estado na Europa e nas novas nacionalidades americanas”.¹² Em poucas palavras, num ambiente em que prevaleceriam tendências centrífugas, teriam tentado estabelecer o espírito público.

Ou seja, se, para Oliveira Vianna, o ambiente social é o maior desafio à unidade nacional, ainda assim é preciso agir sobre ele, transformá-lo. É o Estado que pode assumir esse papel, moldando a sociedade, como teriam tentado fazer os “reacionários audazes” do Império. Isto é, a análise sociológica de *Populações meridionais do Brasil* e dos outros livros do autor leva paradoxalmente à conclusão de que, em certas condições, a autonomia do Estado deve levar à criação, de maneira voluntarista, da sociedade que se deseja.

Raízes do Brasil

Raízes do Brasil, diferente de *Populações meridionais do Brasil*, se preocupa especialmente com uma questão: as dificuldades e possibilidades de estabelecer a democracia no Brasil.

Antes, o primeiro ponto da colonização portuguesa da América a ser ressaltado por Sérgio Buarque de Holanda é o fato “de constituirmos o único esforço bem sucedido, em larga escala, de

¹¹ *Ibid.*, p. 254.

¹² *Ibid.*, p. 345.



transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e subtropical”.¹³ O motivo principal sugerido para o sucesso do empreendimento colonial português seria a colonização ter sido realizada por uma nação ibérica localizada, portanto, numa região indecisa entre a Europa e a África.

Daí derivaria a plasticidade social do português, povo praticamente destituído de orgulho de raça e já mestiço antes de iniciar o empreendimento colonial. A plasticidade contribuiria até para uma postura de certo desleixo, que não deixaria de ser favorável à ação nos trópicos.

Por outro lado, *Raízes do Brasil*, apesar de considerar o português como plástico, não o vê como plenamente adaptado ao ambiente americano, os brasileiros, ainda em sua época, sentindo-se como desterrados em sua terra. Devido à sua adaptação incompleta ao ambiente americano, a principal característica do país estaria relacionada à Península Ibérica. Como em outros povos com a mesma origem, seria particularmente forte no Brasil o que Sérgio Buarque chama de cultura da personalidade. Nela, apareceria como crença mais marcante “o sentimento da própria dignidade de cada homem”.¹⁴

Oposto ao privilégio, poderia até ser considerado como legítimo pioneiro da mentalidade moderna. Tal atitude contribuiria para que a hierarquia social fosse menos rígida entre os portugueses. Mas mesmo que estivesse disseminada por todo o povo, o autor considera que a cultura da personalidade é antes “uma ética de fidalgos, não de vilões”,¹⁵ cada homem considerando-se como superior ao outro e não como seu igual. Ou, em outras palavras, seria possível perceber que valores associados à aristocracia estariam espalhados por todo o povo português e brasileiro.

¹³ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1936, p. 3.

¹⁴ *Ibid.*, p. 10.

¹⁵ *Ibid.*, p. 11.



Conseqüência ainda mais forte da cultura da personalidade seria a extrema dificuldade da solidariedade social se impor na sociedade, até porque “em terras onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável”.¹⁶ Na verdade, a solidariedade que porventura aparecesse teria muito mais o sentido de favorecer o sentimento do que o interesse, fazendo parte do âmbito doméstico e não do público.

De qualquer maneira, depois de tratar a herança ibérica como um todo, *Raízes do Brasil* especifica diferenças entre a colonização espanhola e a portuguesa. A primeira corresponderia a um ato de vontade, o que se expressaria no traçado das cidades, “que não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõe-lhe antes o acento voluntário da linha reta”. Já as cidades portuguesas, obedeceriam as “exigências topográficas”,¹⁷ chegando a confundir-se “com a linha da paisagem”.¹⁸ Isto é, as duas formas de cidades corresponderiam a diferentes orientações; a espanhola, organizada a partir da praça maior, procuraria realizar, como a ação do ladrilhador, um ou mais fins, ao passo que o dominante na cidade portuguesa seria a rotina e o desleixo, ou seja, uma postura similar a do sementeiro.

Essas diferentes orientações também não deixariam de se fazer sentir, em termos mais amplos, no tipo de colonização protagonizado por espanhóis e portugueses. Enquanto os primeiros desejariam fazer de suas possessões de além mar verdadeiras extensões do reino, os segundos se contentariam em explora-las comercialmente. Sinal adicional da superficialidade da colonização portuguesa seria sua concentração no litoral, ao passo que os espanhóis se voltaram para o interior.

Contudo, num sentido mais geral, a conquista e a colonização de novos mundos teriam sido obra principalmente de aventureiros, homens prontos a enfrentarem toda sorte de desafios e de se alçarem a grandes vôos. Isso teria ocorrido entre todos os povos que se lançaram à colonização.

¹⁶ *Ibid.*, p. 6.

¹⁷ Holanda, *op. cit.*, p. 61.

¹⁸ *Ibid.*, p. 62.



Entre portugueses seria, porém, mais fácil encontrar homens dispostos a se aventurarem na empreitada. Essa atitude se deveria às próprias características do povo, como vimos, mestiço quase sem preocupação com a pureza de raça e, portanto, dotado de enorme plasticidade social.

Em termos mais gerais, seria possível encontrar na vida coletiva dois princípios que se corporificariam no tipo do aventureiro e do trabalhador. Para o primeiro, o que importaria seria o fim último, seu ideal sendo “colher o fruto sem plantar a árvore”. Ignoraria, assim, fronteiras, vivendo em espaços ilimitados. Já o trabalhador, enxergaria “primeiro o obstáculo a vencer e não o trunfo a alcançar”.¹⁹

Esmiuçando a análise, Sérgio Buarque nota que existiriam tanto uma ética do trabalho como uma ética da aventura. Isto é, o aventureiro e o trabalhador regeriam suas ações por diferentes valores. O aventureiro valorizaria “a audácia, a imprevidência, a irresponsabilidade...” e consideraria desprezível a “estabilidade, paz, segurança pessoal”, qualidades que o trabalhador buscava. Este último, por sua vez, não teria nenhuma simpatia pela “concepção espaçosa do mundo”²⁰ do aventureiro. Se o espírito de aventura era especialmente propício à obra de conquista, ele não contribuiria para o estabelecimento de uma sociedade mais permanente.

Numa outra referência, a situação prevalecente até a vinda da família real portuguesa, em 1808, seria *sui generis*; as cidades se subordinariam ao campo e não o contrário. Esse quadro contribuiria para a estranha situação em que o cidadão corresponderia ao senhor rural.

Nesse quadro do domínio rural auto-suficiente, Sérgio Buarque considera, como já haviam feito Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, que renasceria a família patriarcal. A família seria inclusive o único setor da vida brasileira cuja autoridade não era questionada. Se teria, assim, “uma invasão

¹⁹ *Ibid.*, p. 21.

²⁰ *Ibid.*



do público pelo privado”,²¹ os indivíduos, mesmo fora do ambiente doméstico, agindo de acordo com seus preceitos.

Tal comportamento dificultaria o estabelecimento do Estado democrático e mesmo de qualquer Estado no Brasil. Até porque a relação entre a família e o Estado, diferentemente do que sugerem certos teóricos políticos, não seria tanto de continuidade, mas de oposição: “do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo”.²²

No caso da democracia liberal, o choque com uma situação como a brasileira, onde prevalece a família patriarcal, seria ainda maior. De acordo com Holanda, o princípio básico da democracia liberal estaria indicado na frase de Jeremy Bentham: “a maior felicidade para o maior número”. Por outro lado, o sentimento mais característico no interior da família seria o amor e sempre “amar alguém é ama-lo mais do que aos outros”.²³ Isto é, a parcialidade, que o ambiente doméstico favorece, seria incompatível com a atitude neutra diante dos cidadãos, implícita na democracia liberal.

A partir de situações como essas, *Raízes do Brasil* adota a caracterização do brasileiro como homem cordial. Apesar de sua formulação ter sido, muitas vezes, mal interpretada, Sérgio Buarque de Holanda, ao falar em cordialidade, não pensa em qualidades como a polidez e a civilidade.

Não se deve, além do mais, acreditar que “cordial” necessariamente implique em qualidades positivas. Na verdade, o termo refere-se à origem da palavra – o que vem do coração – e pode implicar tanto em amor como em ódio. Portanto, o que Holanda está apontando é que entre homens que obedecem aos imperativos do coração e, não a normas impessoais e abstratas, é muito difícil estabelecer ordem pública e, ainda mais, democracia.

²¹ *Ibid.*, p. 89.

²² *Ibid.*, p. 93.

²³ *Ibid.*, p. 156.



Em poucas palavras, o personalismo, que viria de Portugal, encontraria no ambiente doméstico, hipertrofiado pela auto-suficiência do domínio rural, um terreno propício para sua afirmação, criando alguém como o homem cordial. O predomínio do campo sobre a cidade não seria, entretanto, como sugere Oliveira Vianna, uma imposição do ambiente, mas resultaria da orientação da cultura portuguesa. Ou seja, os traços principais que *Raízes do Brasil* destaca na sociedade brasileira viriam de Portugal. Nesse sentido, o elemento mais importante da experiência brasileira seria a herança ibérica ou, simplesmente, portuguesa.

Por outro lado, Sérgio Buarque de Holanda concorda com Oliveira Vianna que seria comum que as fórmulas estrangeiras, que tanto atraem os brasileiros, mal se ajustassem à vida do país. Em particular, o predomínio do personalismo e do círculo doméstico contribuiria para que “a democracia no Brasil foi sempre um mal entendido”.²⁴

Considera que uma aristocracia semi-feudal teria adotado esse regime político simplesmente porque era isso que se fazia então na Europa. Mas nisso se teria seguido a tradição dos movimentos reformistas brasileiros que, quase sempre, teriam partido da elite. O povo, como indicara Aristides Lobo quando da proclamação da República, simplesmente assistiria bestializado a tais iniciativas.

De qualquer maneira, o Brasil estaria vivendo, já há algum tempo, um processo de profunda transformação. Seus marcos mais importantes seriam: a vinda da família real portuguesa (1808), a proclamação da Independência (1822), a Abolição da escravidão (1888) e a instauração da República (1889).

Contudo, mais importante do que se ater a eventos, seria perceber a ocorrência de uma mudança mais difusa no país, que indicaria “uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única

²⁴ *Ibid.*, p. 122.



que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional”.²⁵ Ela teria o efeito de estimular o aparecimento de uma nova orientação para a sociedade brasileira, oposta ao antigo predomínio rural.

Nessa referência, Sérgio Buarque enxerga até uma potencial compatibilidade entre a democracia e a sociedade brasileira. Teria afinidade com a democracia, em especial, a repulsa instintiva, generalizada entre brasileiros e povos americanos, a toda hierarquia racional e a incapacidade de resistir a novas influências, como a urbanização e o cosmopolitismo.

O historiador paulista talvez esteja até sugerindo que, nas condições brasileiras, a democracia pode assumir uma forma nova. Ou melhor, ao mesmo tempo que as transformações pelas quais o Brasil estaria há tempos passando modificariam as formas sociais e políticas prevalentes no país, suas condições nacionais não deixariam de influenciar certas formas estrangeiras, como a democracia, fazendo com que passassem a ter um conteúdo novo, original em relação ao europeu.

Formação do Brasil contemporâneo: colônia

Formação do Brasil contemporâneo: colônia, diferente de *Populações meridionais do Brasil* e *Raízes do Brasil*, presta atenção especialmente a um período da história brasileira: os primeiros anos do século XIX. Esse seria um momento particularmente importante, já que se iniciaria, então, a transição entre a colônia e a nação. Como essa transição, de acordo com Caio Prado Jr., começa com a vinda da família real portuguesa, ela seria um “longo processo histórico que *se prolonga* até os nossos dias e ainda não está terminado”.²⁶ Não é também mero acaso que o

²⁵ *Ibid.*, p. 135.

²⁶ Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, São Paulo, Livraria Martins Editora, p. 6.



principal livro do historiador marxista tenha como objeto precisamente os primeiros anos do século XIX.

Formação do Brasil contemporâneo: colônia é, além do mais, escrito com a intenção de que sirva de introdução para uma “interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa”. Tendo isso em mente, propõe fazer “em primeiro lugar um balanço geral da colônia em princípios do século passado, ou antes, naquele período que cavalga os dois séculos que precederam imediatamente o atual”. Ter-se-ia “então uma síntese do Brasil que saía, já formado e constituído, dos três séculos de evolução colonial; e tal será o objeto deste primeiro volume. As transformações e vicissitudes seguintes, que nos trouxeram até o estado atual, virão depois”.²⁷ Essa continuação, talvez mais ambiciosa, não chegou, porém, a ser escrita.

Mas Caio sentiu a necessidade de “ir tão longe”,²⁸ até o início do século XIX, no primeiro volume de *Formação do Brasil contemporâneo*, por saber que é precisamente nesse período que se inicia a história contemporânea do Brasil.

No entanto, na formação social brasileira o tempo custaria particularmente a passar, já que nunca houve ruptura significativa com o passado. Isso contribuiria até para que “uma viagem pelo Brasil” seja “muitas vezes, como nesta e tantas instâncias, uma incursão pela história de um século e meio para trás”.²⁹

A colonização do Brasil seria produto direto da expansão ultramarina européia. Como diz Caio Prado Jr., ela é apenas “um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso”.³⁰ Seria, portanto, só a partir da compreensão desse fenômeno maior que se poderia realmente entender a experiência particular da colônia brasileira.

²⁷ *Ibid.*, p. 9.

²⁸ *Ibid.*, p. 6.

²⁹ *Ibid.*, p.8.

³⁰ *Ibid.*, p. 14.



Mas a colonização não assumiu as mesmas características por toda a parte. Teriam se criado principalmente dois tipos de colônia: as de povoamento e as de exploração. Na América, a colonização de povoamento prevaleceu na zona temperada, enquanto a de exploração foi dominante na região tropical e semitropical do continente.

A colonização de povoamento seria um novo tipo de colonização que, diferentemente da maior parte dos empreendimentos do gênero, não tem apenas objetivos comerciais. Ocorre numa região afastada, ocupada apenas devido a problemas internos da Europa.

Contrastando com o objetivo que anima os colonos puritanos, de efetivamente criar uma sociedade na Nova Inglaterra, homens e mulheres que vêm para os trópicos, e, em grau ainda mais acentuado para o Brasil, seriam movidos quase apenas por considerações comerciais. De início, não pensariam em criar na América uma sociedade nova; na verdade, não pensariam em criar praticamente nada aqui. A esses colonos interessaria apenas o que poderia vir a favorecer seus lucros. Assim, pretenderiam, de forma similar ao tipo aventureiro de Sérgio Buarque de Holanda, somente se dedicar a atividades em que pudessem ser dirigentes da produção de gêneros de grande valor comercial e não trabalhadores.

No limite, portanto, nem mesmo sociedade existiria nos tempos da colônia. O que prevaleceria então, como já havia sugerido Oliveira Vianna, seria a desorganização: “incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos”.³¹

No entanto, numa perspectiva original, que abre novos caminhos para a reflexão a respeito do Brasil, Caio Prado insiste também em que a colonização nos trópicos se reduziria quase a “uma

³¹ *Ibid.*, p. 355.



vasta empresa comercial”.³² Seria mesmo esse sentido, de empreendimento voltado para a produção de bens primários para o mercado externo, o que tornaria compreensível a obra realizada por portugueses no país. Na verdade,

“nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país”.³³

A partir do objetivo mercantil, ou melhor, em função dele, se organizaria o que viria a ser a colônia brasileira. Diferentes elementos se combinariam numa organização social original, bastante distinta da européia, que obedeceria praticamente a um único objetivo: fornecer produtos primários para a metrópole. Criar-se-ia, dessa maneira, uma totalidade, a colônia, espécie de corpo social subordinado a outro corpo social, a metrópole.

No todo que é o sistema colonial brasileiro, o seu elemento mais importante seria a grande unidade produtora. A grande exploração, agrícola ou mineradora, se caracterizaria pela “reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos”.³⁴ A grande exploração seria, portanto, a exemplo do sistema colonial, uma totalidade. Três seriam os elementos constitutivos desse todo que é a grande exploração: 1) a produção de bens de alto valor no mercado externo; 2) em grandes unidades produtivas; 3) trabalhadas pelo braço escravo.

A importância da grande exploração no quadro da colônia é bastante natural, já que esse empreendimento mercantil se organiza para fornecer produtos primários para o mercado externo, o que, como vimos, é precisamente, segundo Caio Prado Jr., o sentido da obra de colonização no Brasil. Assim, apenas o que estaria ligado à grande exploração teria vida orgânica na colônia.

³² *Ibid.*, p. 25

³³ *Ibid.*, p.

³⁴ *Ibid.*, p. 117



Contudo, se havia no sistema colonial brasileiro uma articulação entre seus elementos constitutivos, criando um todo social orgânico, existiria também uma desarticulação entre a produção, voltada para fora, e o consumo da maior parte da população, elemento inorgânico do sistema. Na colônia, o inorgânico seria, portanto, principalmente o que não pertence à grande exploração. Ou melhor, já que a grande exploração seria, na situação colonial, uma realidade impossível de ser ignorada, inorgânicos seriam os elementos que nela têm um papel subalterno.

Esse setor inorgânico viveria, porém, uma situação caótica. Encontrar-se-iam nessa condição tanto atividades econômicas voltadas para o mercado interno, como a pecuária e a produção de determinados gêneros agrícolas, caso, por exemplo, da mandioca, como toda uma multidão de atividades de difícil classificação ou inclassificáveis. Os dois tipos de atividade teriam, porém, basicamente um mesmo papel: seriam meros apêndices da grande exploração.

Em compensação, a força da grande exploração seria tamanha que ela teria reflexos sobre praticamente tudo que existe na colônia. A estrutura social, a organização política e as formas culturais, todas se subordinariam à grande exploração.

A estrutura social, principalmente nos primeiros tempos, seria bastante simples, os senhores e os escravos aparecendo como seus principais elementos. No entanto, refletindo a crescente importância do setor inorgânico, entre “a pequena minoria (de senhores) e a multidão (de escravos)”, grupos que não oferecem maiores dificuldades para a análise, “comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas ou aleatórias ou sem ocupação alguma”.³⁵

Não é surpreendente, entretanto, que numa sociedade tal como a da colônia, organizada em função de seu setor orgânico, a escravidão seja seu traço mais marcante: “no campo como na

³⁵ *Ibid.*, p. 279..



cidade, no negócio como em casa, o escravo é onipresente”.³⁶ Influenciaria “todos os setores da vida social, organização econômica, padrões materiais e morais”. Ter-se-ia mesmo a impressão de que “nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir”.³⁷

De maneira complementar, em quadro onde a escravidão tinha tamanho peso, não é difícil perceber que não havia grande espaço para a política e a cultura, mesmo porque haveria no Brasil de então uma “ausência quase completa de superestrutura”.³⁸

Na política, prevaleceria, durante os primeiros anos da colônia, o poder de fato dos senhores locais, entre outras razões, porque os interesses desse grupo não se chocariam com os da coroa portuguesa. A situação da cultura seria ainda mais desalentadora, uma vez que as relações servis seriam e permaneceriam sendo “relações puramente materiais de trabalho e produção, e nada mais acrescentarão ao complexo cultural da colônia”.³⁹ Mesmo assim, Caio Prado Jr. não deixa de assinalar que, a partir da grande exploração, se formaria a família patriarcal brasileira.

Nesse ambiente, os senhores brasileiros assumiriam uma atitude paternalista em relação a seus escravos e dependentes, apesar de não encontrarmos “neles nada que nos autorize a” considera-los como “humanos e complacentes; (...) pelo contrário, o que sabemos deles nos leva a conclusões bem diversa”.⁴⁰ De qualquer forma, as relações que se formariam ao redor da grande família patriarcal serviriam para reforçar a dominação do senhor, ao dota-la de maior legitimidade.

³⁶ *Ibid.*, p. 277.

³⁷ *Ibid.*, p. 267.

³⁸ *Ibid.*, p. 341.

³⁹ *Ibid.*, p. 342.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 275.



Mas fora da “Casa Grande”, faltaria à vida colonial o que Caio Prado Jr. chama de nexos moral. Essa ausência de nexos moral faria mesmo com que “a sociedade colonial se defina antes pela desagregação, pelas forças dispersas”⁴¹ do que por algo positivo.

A revolução burguesa no Brasil

A redação de *A revolução burguesa no Brasil* é motivada pelo golpe de 1964. Como Florestan Fernandes explica, pouco depois da publicação do livro, “para mim, não se tratava de isolar a sublevação militar de uma dominação de classes arraigada”.⁴² Esse propósito não deixaria de estar vinculado ao próprio clima intelectual que passa a prevalecer no ambiente universitário brasileiro, onde se abandona “o uso do conceito de dominação burguesa, a teoria de classes e, especialmente, a aplicação da noção de revolução burguesa à etapa da transição para o capitalismo industrial nas nações capitalistas da periferia”.⁴³

Mas devido às vicissitudes pela quais passa seu autor depois de 1964, *A revolução burguesa no Brasil* é escrita em diferentes momentos. A primeira e a segunda partes são elaboradas, com base em notas de aula, em 1966, a terceira parte em 1973, depois do sociólogo aposentado pelo AI – 5 passar alguns anos na Universidade de Toronto.

A unidade entre as três partes do livro não é inclusive óbvia. Não deixa de ser significativo, como nota Maria Arminda do Nascimento Arruda, que a ligação entre a primeira e a terceira parte “se dá através de um capítulo (segunda parte) denominado (...) de ‘Fragmento’”. Assim, “essa seção

⁴¹ *Ibid.*, p. 344.

⁴² Florestan Fernandes, “Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica” in *Encontros com a civilização brasileira*, n. 4, 1978, p. 202.

⁴³ *Ibid.*



parece solta no corpo do trabalho, como se estivesse deslocado, como se rompesse a estrutura da análise”.⁴⁴

De qualquer maneira, a primeira parte de *A revolução burguesa no Brasil* se concentra na análise da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial, impulsionada pela independência política, e no estabelecimento de uma sociedade de classes no país. A partir daí, a segunda parte estuda a formação de uma “ordem social competitiva”, que funcionaria como marco estrutural da revolução burguesa no Brasil. Finalmente, a terceira parte analisa o que seria a concretização de nossa revolução burguesa. O golpe de 1964 indicaria mesmo que em países capitalistas dependentes e subdesenvolvidos haveria, de maneira geral, uma “forte dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia”.⁴⁵

Em termos mais formais, é possível argumentar, como sugere Gabriel Cohn, que *A revolução burguesa no Brasil* utiliza principalmente a noção de “polarização” ou de “polarização dinâmica”.⁴⁶ Ela indicaria a presença, no mesmo objeto, de orientações opostas, que conviveriam em permanente tensão. A “polarização dinâmica” não deixa, além do mais, de fazer referência aos dois níveis com os quais *A revolução burguesa* trabalha: a estrutura e a história. Em poucas palavras, a estrutura criaria as possibilidades que os agentes poderiam ou não aproveitar.

De certa maneira, na primeira parte do livro se presta mais atenção aos agentes, como o “fazendeiro de café” e o “imigrante”, e na terceira parte às estruturas, principalmente o que Florestan chama de “dupla articulação”. Mas entre a primeira e a terceira parte há o capítulo sobre a formação da ordem social competitiva, fragmento que argumenta justamente que “usar a história como expediente para explicar a limitação das ações humanas não é uma boa regra de método, pois

⁴⁴ Maria Arminda de Nascimento Arruda, “A sociologia no Brasil” in Sérgio Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, v. ii, São Paulo, Editora Sumaré, 1996, p. 60.

⁴⁵ Fernandes, *op. cit.*, p. 22.

⁴⁶ Gabriel Cohn, “*A revolução burguesa no Brasil*” in Lourenço Dantas Mota, *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. V. i, São Paulo, Editora SENAC, 1999.



são os homens que criam a história socialmente”.⁴⁷ Ou seja, defende que estrutura e história não podem ser entendidas de maneira separadas.

Como não poderia deixar de ser, uma questão perpassa *A revolução burguesa no Brasil*: houve uma revolução de tal tipo no Brasil? Caso entendermos que esse é um processo que deve seguir o “modelo clássico”, tal como ocorreu na Guerra Civil Inglesa, na Revolução Francesa e na Guerra Civil Americana, a resposta provavelmente será negativa. Essas revoluções, que acabaram por combinar capitalismo com democracia parlamentar não tiveram similar entre nós.

Florestan Fernandes entende, porém, a revolução burguesa não como um episódio histórico, mas como um fenômeno estrutural, que não segue um caminho único. Ou seja, ela seria um processo dinâmico, que ocorreria de acordo com as diferentes escolhas realizadas pelos agentes humanos no âmbito econômico, social e político. Portanto, se trataria fundamentalmente de estudar o “estilo” específico que a revolução burguesa assume no Brasil.

A periferia do capitalismo possuiria traços estruturais e dinâmicos que caracterizariam a existência de uma economia mercantil, se não os tivesse não seria capitalista. No entanto, diferenças se superporiam a essas uniformidades fundamentais, tornando o desenvolvimento capitalista dependente, subdesenvolvido e imperializado. Seriam precisamente essas diferenças que caracterizariam o típico da dominação burguesa e da transformação capitalista na periferia. Por um lado, como “não há ruptura definitiva com o passado”, ele reapareceria, cobrando “seu preço”.⁴⁸ Por outro lado, a revolução burguesa apareceria vinculada a mudanças decorrentes da expansão do mercado capitalista e dos dinamismos das economias centrais.

Em termos mais históricos, Florestan Fernandes considera a independência como a primeira grande revolução brasileira. Ela delimitaria o fim da era colonial e o início da formação da

⁴⁷ Fernandes, *op. cit.*, p. 180.

⁴⁸ Fernandes, *op. cit.* P. 202.



sociedade nacional. Desde então, o poder deixaria de ser imposto de fora para ser organizado de dentro, as camadas senhoriais impondo seu domínio para além do nível doméstico.

Por outro lado, se manteria a estrutura econômica e social da colônia. Estaria presente, assim, desde a independência, uma polarização dinâmica representada pelo estabelecimento de uma organização jurídico-política autônoma com a conservação da ordem social da colônia. O primeiro elemento, revolucionário, teria agido no plano da política, abrindo caminho para a formação da sociedade nacional. Já o elemento conservador, teria pressionado pela manutenção da antiga estrutura social.

A intimidade entre os dois aspectos seria tanta que se teria estabelecido um verdadeiro amálgama entre o novo, a organização jurídico-político, e o velho, seu substrato material, social e moral. A independência, ao não entrar em conflito com a estrutura da sociedade colonial, levaria à superposição dos planos de poder. Portanto, a ordem legal conviveria com a dominação tradicional estabelecendo uma dualidade estrutural.

Em outras palavras, se criaria, desde a independência, uma situação de fusão do velho com o novo. Essa fusão seria, além de tudo, funcional para o tipo de capitalismo praticado na periferia do sistema. O capitalismo se superporia ao que existia anteriormente, se aproveitando das “condições extremamente favoráveis de acumulação original, herdadas da colônia e do período neo-colonial”.⁴⁹ Como resultado, conviveria com formas econômicas extra-capitalistas, de onde seriam extraídas parte do excedente econômico que financiaria a modernização.

Assim, não se chegaria a ser concretizada, ao longo da evolução do capitalismo no Brasil, a superação de formas econômicas não capitalistas e a ruptura da associação dependente com o exterior. Apareceria aí um padrão de desenvolvimento típico do capitalismo dependente e

⁴⁹ *Ibid.*, p. 210.



subdesenvolvido. Ele se caracterizaria por uma dupla articulação, manifestada externamente, pela dominação imperialista e, internamente, pelo desenvolvimento regional desigual.

Isto é, haveria, a partir da independência, uma unificação das classes possuidoras, que acabariam por se identificar com uma visão de mundo e um estilo de vida burguês. Não seriam, porém, apenas seus interesses materiais que a oligarquia garantiria, sendo ela também que determinaria a repressão ao escravo e ao proletariado como eixos principais da revolução burguesa no Brasil. Num outro sentido, a associação com a oligarquia faria da burguesia brasileira uma classe ultra-conservadora e mesmo reacionária, o que abriria caminho para o padrão autocrático de dominação.

Seria em torno do Estado que as classes dominantes brasileiras se unificam, até porque por meio dele seus interesses poderiam ser universalizados. Essa orientação apenas repetiria um padrão mais geral. Mas de forma específica, a pressão externa, exercida pelo imperialismo, criaria um tipo particular de impotência burguesa que faria com que fosse em direção ao Estado que convergisse a ação burguesa, contribuindo para que o elemento político ganhasse importância. Tudo isso faria com que nessa situação a dominação burguesa e a transformação capitalista obedecessem a um “eixo especificamente político”.

Seria com base naquilo que as classes dominantes têm em comum, ou seja, sua situação de classes possuidoras, que se daria sua unificação. A solidariedade de classes, a partir do Estado, possibilitaria inclusive uma articulação entre as diferentes frações da burguesia, criando uma unidade conservadora. Isso faria com que a impotência burguesa fosse convertida no seu oposto, “uma força relativamente incontrolável”.⁵⁰

⁵⁰ *Ibid.*, p.



Essa orientação se intensificaria na fase do “capitalismo monopolista e do imperialismo total”, que começaria na década de cinquenta e adquiriria “caráter estrutural” com o golpe de 1964. Chegamos, assim, ao problema que Florestan Fernandes apresenta como central em *A revolução burguesa no Brasil*: a crise do poder burguês. Essa, diferente da assim chamada crise da oligarquia, que seria apenas conjuntural, não resultando na perda de poder por parte do antigo grupo dominante, seria uma crise mais profunda.

Não seria, entretanto, uma crise devido aos riscos enfrentados pela dominação burguesa, o proletariado sendo até utilizado como “bode expiatório” para seu desfecho. Teria caráter de crise, isso sim, devido à percepção por parte da burguesia brasileira da necessidade de se adaptar às novas condições advindas da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista.

A dominação burguesa se revelaria, desde então, como ela realmente é: uma autocracia burguesa. Antes mesmo do golpe de 1964, o que havia seria uma autocracia burguesa dissimulada. Com o golpe, que representaria a ruptura com o arsenal ideológico e horizonte cultural anterior da burguesia, não mais se procuraria esconder essa autocracia.

Mas como adverte Cohn, a autocracia da qual fala Florestan Fernandes não é sinônimo de autoritarismo. Ela corresponderia, na verdade, a “uma forma de exercício do poder e não de sua organização”. Nesse sentido, a autocracia burguesa deve ser entendida como “a concentração exclusivista e privatista do poder”.⁵¹ Portanto, mesmo com o fim da Guerra Fria e do regime militar, fatores que motivaram a redação de *A revolução burguesa no Brasil*, a autocracia burguesa não desapareceria no país.

Considerações Finais

⁵¹ Cohn, *op. cit.*, p. 404.



É notável como muitos dos principais temas de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes são similares. Essas referências comuns possibilitam até vislumbrar um diálogo entre os três escritores. Mas a partir de perspectivas teóricas e políticas distintas também não deixam de chegar a conclusões diferentes e mesmo opostas sobre o significado da experiência brasileira.

Sérgio Buarque Holanda critica o patriarca do pensamento autoritário brasileiro, Alberto Torres, por acreditar que “a letra morta”, a lei, o que Oliveira Vianna provavelmente chamaria de “política objetiva”, poderia corrigir o descompasso entre o chamado “país legal” e “país real”. Ou seja, o autor de *Raízes do Brasil* radicaliza a crítica de conservadores e do pensamento autoritário ao idealismo de liberais e da República, aplicando-a aos próprios autoritários, segundo ele, também herdeiros da herança rural e da cultura ibérica, que só teria fim com a urbanização.

Em termos mais restritos, como Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. nota a presença determinante da família patriarcal no Brasil. Chega a afirmar que, com o tempo, o grande domínio “de simples unidade produtora, torna-se (...) célula orgânica da sociedade colonial; mais um passo, e será o berço do nosso ‘clã’, da grande família patriarcal brasileira”.⁵² Nessa postura, vai inclusive além do pretenso economicismo do marxismo, notando que as relações desenvolvidas a partir da grande exploração serviriam para reforçar o poder dos proprietários rurais, ao torna-lo mais aceito pelos demais homens e mulheres da colônia.

Mas diferentemente de seus antecessores, o historiador marxista não vê o que chama de grande exploração como auto-suficiente. Na verdade, sua razão de ser seria realizar o “sentido da colonização”, produzindo bens demandados pelo mercado mundial capitalista então em constituição. Nessa orientação, Caio Prado inaugura uma nova linha de interpretação do Brasil.

⁵² *Ibid.*, p.286



Florestan Fernandes se aproxima da linha de análise que, desde Caio Prado Jr., ressalta a ligação do Brasil com um quadro maior, em que o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial é o dado principal. *A revolução burguesa no Brasil* se distancia, entretanto, de *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* na maior atenção que presta a fatores internos à sociedade brasileira. Ou seja, esmo que Florestan concorde com Caio Prado que a vida de seu país é plasmada principalmente pelo “sentido da colonização”, analisa com mais cuidado como os próprios brasileiros lidaram, ao longo da história, com essa orientação.

Nessa perspectiva, Florestan Fernandes se aproxima de “interpretações do Brasil”, como as de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, que prestam grande atenção a fatores internos à sociedade brasileira. Um dos principais méritos de *A revolução burguesa no Brasil* é justamente perceber a ligação, no Brasil, de fatores externos e internos, modernos e arcaicos, que se combinam, a tal ponto, que se tornam praticamente indistinguíveis.

Indicações Bibliográficas

A questão que nos inspirou nesse trabalho foi sugerida por Raymundo Faoro em *Existe um pensamento político brasileiro*, São Paulo, Editora Ática, 1994. Outros ensaios e artigos que nos ajudaram a pensar a experiência intelectual brasileira foram: Gildo Marçal Brandão, “Linhagens do pensamento político brasileiro” in *Dados*, n. 2, 2005; Wanderley Guilherme dos Santos, “Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira” in *Ordem burguesa e liberalismo político*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1978; Roberto Schwarz, “As idéias fora do lugar” in *Ao vencedor as batatas*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1992.



Sobre especificamente as “interpretações do Brasil”, há minha introdução: *7 lições sobre as “interpretações do Brasil”*, São Paulo, Editora Alameda, (no prelo). Também existem alguns trabalhos que comparam entre si autores que discutimos. Caso do livro de Luiz Guilherme Piva, *Ladrilhadores e semeadores*, de 2000, da Editora 34, que trata de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, além de um autor que não analisamos, Azevedo Amaral. Já Angela de Castro Gomes, no artigo, “A dialética da tradição”, publicado no n. 13, de 1990, da *Revista brasileira de ciências sociais*, compara Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. Autor que também é discutido por Valeriano Ferreira Costa em “Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque”, aparecido no n. 26, de 1992, da *Lua Nova*. No n. 37, de 1996, dessa mesma revista, Gabriela Nunes Ferreira compara “A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna”.

Boa parte dos mais importantes trabalhos sobre Oliveira Vianna estão na coletânea, organizada, em 1993, por Elide Rugai Bastos e João Quartim de Moraes para a Editora da UNICAMP, *O pensamento de Oliveira Vianna*. Uma boa apresentação a *Populações meridionais do Brasil*, em especial, é o artigo de Gildo Marçal Brandão sobre o livro, aparecido, em 2002, no segundo volume da coletânea organizada por Lourenço Dantas Mota para a Editora SENAC, *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. Também a introdução que José Murilo de Carvalho fez a *Populações meridionais do Brasil* para a coleção, *Intérpretes do Brasil*, organizada, em 2000, por Silvano Santiago para a Editora Nova Aguilar, é bastante sugestiva, trazendo informações a respeito dos autores estrangeiros que influenciaram Oliveira Vianna.

É bastante interessante o número especial, de 1987, da *Revista do Brasil* sobre Sérgio Buarque de Holanda, toda ela dedicada a ele. Tem o mesmo formato, a publicação, de 1988, da Secretaria da Cultura de São Paulo sobre o historiador paulista. Outra coletânea interessante é *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, organizada, em 1998, por Antonio Candido para a Fundação



Perseu Abramo. Não há dúvida de que Candido é também o autor da interpretação mais influente sobre *Raízes do Brasil*, aparecida no prefácio à quarta edição do livro, de 1963. Outra importante interpretação a respeito de Sérgio Buarque de Holanda é desenvolvida por Maria Odila da Silva Dias em duas introduções: a escrita, em 1985, para o volume da coleção *Grandes Cientistas Sociais*, da Ática, e a preparada para *Raízes do Brasil* na coleção *Intérpretes do Brasil*. Uma boa interpretação geral sobre a obra do autor é a de Pedro Meira Monteiro, em *A queda do aventureiro*, livro, de 1999, da Editora da UNICAMP. Já George Avelino Filho, no artigo, “As raízes do Brasil”, publicado, em 1987, no n. 18 da *Novos estudos do CEBRAP*, defende, sugestivamente, que o autor busca um caminho próprio para a democracia no Brasil. Numa outra linha, Jessé Souza realiza uma interessante avaliação crítica de *Raízes do Brasil* em *A modernização seletiva*, da Editora da UnB, de 2000.

Paulo Martinez, na sua tese de doutorado, *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928 – 1935)*, defendida, em 1998, no Departamento de História da USP, traz subsídios sobre a formação intelectual e política do autor. A biografia intelectual de Caio Prado Jr. é esboçada em outra tese, defendida no Departamento de História da USP: *Os melhores trabalhos sobre Caio Prado Jr. são os realizados por seu discípulo, Fernando Novais: “Caio Prado Júnior historiador”, publicado, em 1983 no n. 2. da Novos estudos CEBRAP; “Caio Prado na historiografia brasileira”, aparecido, em 1986, no livro A inteligência brasileira, organizado por Ricardo Antunes, Vera Ferrante e Reginaldo Moraes para a Editora Brasiliense; e a Introdução à Formação do Brasil contemporâneo: colônia, da coletânea Intérpretes do Brasil. Um bom livro que analisa o conjunto da obra de Caio Prado Jr. sobre o Brasil é o de Rubem Murilo Leão Rego, Sentimento do Brasil, publicado, em 2000, pela Editora da UNICAMP. Eu, por minha vez, discuto esses trabalhos do autor pelo ângulo de sua relação com o marxismo, em Caio Prado Jr. e a nacionalização do*



marxismo no Brasil, da Editora 34, também de 2000. Já Raimundo Santos, em *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*, livro publicado, em 2001, pela Mauad, trata principalmente da sua relação com o PCB. Uma coletânea com artigos muito interessantes sobre Caio Prado Jr. é a publicada, em 1989, pela editora que fundou, a Brasiliense: *História e ideal*.

Entre os autores que escreveram sobre Florestan Fernandes, destacam-se Maria Arminda do Nascimento Arruda e Gabriel Cohn. Os principais trabalhos da autora são o capítulo – “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’” – que fez para o livro, organizado, em 1995, por Sérgio Miceli, para a Editora Sumaré: *História das ciências sociais no Brasil*, e o capítulo - “Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo -que redigiu para seu livro, *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*, publicado, em 2001, pela EDUSC. Já os ensaios mais importantes de Gabriel Cohn sobre Florestan Fernandes são: “Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes”, publicado, 1986, em *A inteligência brasileira*, organizado por Ricardo Antunes, Vera Ferrante e Reginaldo Moraes para a Editora Brasiliense, e o ensaio em que discute *A revolução burguesa no Brasil* no primeiro volume do livro organizado, em 1999, por Lourenço Dantas Mota, para a Editora do SENAC, *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*.

Também são muito boas as coletâneas: *O saber militante*, organizada, em 1987, por Maria Ângela D’Incao para a Editora Paz e Terra, e *Florestan e o sentido das coisas*, organizada, em 1998, por Paulo Henrique Martinez para a Editora Boitempo. Algumas revistas também publicaram dossiês especiais sobre Florestan Fernandes, depois de sua morte. No caso das *Estudos Avançados*, isso ocorreu no n. 26, de 1996, no da *Revista USP*, no n. 29, também de 1996. Antes, a *Encontros com a civilização brasileira* reproduziu, em 1978, alguns dos trabalhos que foram apresentados num simpósio, na Universidade do Texas, sobre *A revolução burguesa no Brasil*.